Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano V nº 107
23/11 a 6/12/2000
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

Eduardo Jorge
O "PC" de FHC

Bresser Pereira
Presidente do comitê de propinas de FHC

Fernando II
Chefe da gangue

CAIXA 2 É COM ELES

Grandes capitalistas financiam caixa dois dos tucanos. Gangue do governo retribui e entrega Banespa, paga mínimo de fome, aumenta combustíveis e de quebra não quer pagar o FGTS. Pgs. 3, 4 6 e 7

Arminio Fraga, do BC, bate o martelo e entrega o Banespa

Gabriel Jaramillo, do Santander, feliz com o presente

METALÚRGICOS PARAM E ARRANCAM AUMENTO

Categorias conseguem impor derrota aos patrões e arrocho de FHC. Mas direções majoritárias – Articulação e Força Sindical – impedem unificação de lutas, desmontam greve do Banespa e não potencializam luta contra o governo. Pg. 5

ZECA DO PT FAZ REFORMA NEOLIBERAL NO MATO GROSSO DO SUL Pg. 8

ESPAÇO ABERTO

Repressão na universidade. Durante os dias 8, 9, 10, 11 e 12 deste mesmo mês, foi realizado aqui na cidade de Lavras, Minas Gerais, o Congresso Estudantil e Popular de Ciência e Tecnologia (CEPCT), que teve como objetivo questionar o rumo da ciência e tecnologia desenvolvida nas universidades, que tem pouco colaborado com o desenvolvimento da classe trabalhadora.

Embora fosse um evento realizado pelos próprios alunos da Universidade Federal de Lavras Federal de Lavras junto com executivas de cursos (Agronomia, Veterinária, Engenharia Florestal e Educação Física), o reitor desta, Fabiano Ribeiro do Vale, não autorizou o espaço da universidade para a realização de tal evento, sendo percebida a sua irritação com a presença do MST e pequenos produtores rurais na participação do evento.

No dia 9, realizamos uma manifestação, reunindo cerca de 120 estudantes de diferentes universidades. Mostramos para a população de Lavras e a comunidade universitária a medida equivocada da nossa reitoria. Não deu outra, mais uma vez a história se repetiu e a Policia Militar foi chamada para reprimir os manifestantes que já estavam dentro do campus. Nem a pancadaria e o atropelamento de um companheiro nosso por seguranças internos foi suficiente para nos reter. Conseguimos subir até a reitoria e entregarmos o abaixo-assinado ao chefe de gabinete um documento de repúdio com relação à posição reacionária de proibir a realização de tal evento numa instituição federal que tem o objetivo de atender a necessidade da população de desenvolver ciência e tecnologia visando à melhoria da sociedade.

A nossa diretoria (PCdoB e partidos de direita) do DCE, mais uma vez comprovou o seu rabo preso com a reitoria, ausentando-se na construção do congresso e tapando os olhos para a repressão policial. É lastimável.

Não podemos mais ficar calados com atitudes como essa, de um reitor que esta exclusivamente a serviço sujo do MEC, colocando a universidade e sua função ao serviço das grandes empresas nacionais e multinacionais, desenvolvendo ciência e tecnologia para o lucro desses parasitas.

Ricardo Argondizzi Marcelino,
estudante de Agronomia da UFLA e membro do PSTU

Campanha. Enviem e-mail ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba exigindo um posicionamento justo para a libertação de seis trabalhadores rurais da Fazenda Boa Sorte, no município de Pilar, que estão presos a 38 dias na Penitenciária de Segurança Media de João Pessoa.

Enviem mensagens ao juiz de Pilar, Anannias Nilton Xavier e aos Desembargadores do Tribunal de Justiça da Paraíba
e-mail: mailto:tjpb@openline.com.br

Vanderley Caixe,
por e-mail

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 Email: opiniao@pstu.org.br
Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Antônio Gaudério

Manifestantes protestam contra a privatização do Banespa diante da sede do Banco no Centro de São Paulo, durante leilão de privatização no último dia 20. Os funcionários do banco realizaram greve de 24 horas nessa data.

O QUE SE DISSE

"Isso não é comigo."
FHC nega que tenha alguma coisa a ver com o caixa dois da sua campanha eleitoral para reeleição. Pelo menos mais de R$ 10 milhões já foram comprovados. Se não é com ele é com quem? Com os seus assessores e amigos diretos tipo Bresser Pereira? Em entrevista coletiva ao chegar ao Panamá em 17/11/2000.

"Pelo laudo, constata-se que os avaliadores estabeleceram um preço pífio para o Banespa."
Luis Francisco de Souza, Procurador do Ministério Público, que também denunciou a falcatrua na privatização do banco. Na revista *Carta Capital*, em 8/11/2000.

"Mas qualquer programa de demissão terá de ser negociado com os funcionários, que estão entre os mais organizados da categoria."
Ricardo Berzoini, deputado federal PT-SP e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo joga a toalha antes da luta contra a privatização e pela estabilidade terminar. O que é isso companheiro? No jornal *Folha de S.Paulo*, 16/11/2000.

"Mesmo se fosse uma teleconferência geraria muito interesse, especialmente de empresários."
Marta Suplicy, ao explicar porque convidou o general da reserva norte-americano Colin Powell para dar palestras em São Paulo. Para quem não lembra, Powell é o general que liderou os bombardeios dos EUA e aliados na Guerra do Golfo em 1991, que resultaram na morte de 150 mil iraquianos. Depois, o general se especializou em dar palestras sobre *Gerência de crises*...

"A indicação de Sayad é a forma que essa maioria existente na direção do PT, seu núcleo majoritário, arranjou para mostrar às elites que faria um governo confiável, que não realizaria uma ruptura."
Luciana Genro, deputada estadual do PT-RS critica a primeira escolha da prefeita petista de São Paulo. As duas frases acima no jornal *Folha de S.Paulo*, em 17/11/2000.

"Não ataco Serra se ele disputar o governo comigo."
José Genoíno antecipando a repetição da campanha de Marta caso ele seja candidato a governador de São Paulo pelo PT em 2002. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 19/11/2000.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

Cadê a oposição?

Mal se fechavam as urnas das eleições municipais e batalhões pesados da classe trabalhadora entraram em movimento. No mesmo compasso, o governo manda ver outro clássico estelionato eleitoral e voltam à tona os escândalos Lalau/EJ/FHC, agora sob a denúncia de Caixa 2 na campanha do Fernando 2.

FHC enrola e não quer pagar o FGTS. Condiciona esse mínimo ridículo de R$ 180 à taxação dos inativos do serviço público, aumenta a gasolina e o gás de cozinha em pelo menos 8%, de quebra, impõe uma indexação trimestral aos preços internacionais do petróleo — que se valesse já hoje faria o reajuste ser de 18% — e entrega o Banespa.

Em meio a isso tudo, é revelado que na campanha presidencial de 1998, pelo menos R$ 10 milhões vieram pra sua campanha por debaixo do pano. Grandes empresas e bancos estão envolvidos na maracutaia de doações milionárias sobre as quais não há prestação de conta no TSE e, claro, tão pouco consta dos balancetes das empresas, que, portanto, também têm caixa 2. Esse "dinheirinho" não declarado, ninguém sabe e ninguém viu onde foi parar. Por muito menos que isso, Collor caiu.

Trabalhadores lutam

Os trabalhadores, descontentes, iniciaram um processo de lutas, retomaram o ascenso nas fábricas depois de anos de refluxo. As greves nas fábricas metalúrgicas – que ainda não se encerraram – por aumento salarial foram e estão sendo expressivas e generalizadas. Os petroleiros, que desde 1995 não levantavam a cabeça, fizeram paralisações de 24 horas surpreendentes. Os funcionários do Banespa fizeram a maior greve contra a privatização já existente no país e ganharam a população para o seu lado.

A maioria das campanhas foram vitoriosas e os trabalhadores saem mais fortes depois delas, apontando para um cenário de muita luta em 2001.

Porém, essas lutas não foram unificadas, nem politizadas, na perspectiva de impor uma derrota a FHC no FGTS e no Banespa. Pior, a luta do Banespa foi traída: criminosamente a *Articulação* suspendeu a greve.

Coincidentemente, a prefeita eleita do PT em São Paulo, Marta Suplicy – que não fez um único pronunciamento em defesa do Banespa contra a privatização – um dia antes da suspensão da greve pela *Articulação*, nomeou o banqueiro do American Express – João Sayad – para secretário de finanças da prefeitura de São Paulo. E ainda convidou o PSDB a integrar o governo.

O PT nacional, por sua vez, decidiu "taticamente" não propor CPI para o caixa 2 de FHC. De quebra, o governador do Mato Grosso do Sul Zeca do PT, está fazendo uma Reforma Administrativa de deixar o ex-ministro Bresser Pereira no chinelo e, agora, está mandando a polícia acabar com 18 ocupações de sem-terra.

Oposição das ruas

A oposição terá que vir das ruas. A batalha pela unificação das lutas e das reivindicações dos trabalhadores é uma batalha decisiva. Do contrário haverá inúmeras lutas dispersas, cujo potencial será desperdiçado. Pois não basta ganhar no varejo e depois perder no atacado.

Para ganhar no atacado é preciso ter o Fora FHC como norte e a defesa intransigente das reivindicações dos trabalhadores, o que pressupõe botar abaixo o "ajuste" do FMI e esse modelo econômico. Infelizmente, o PT aponta tudo para as eleições de 2002.

Cabe à toda esquerda da CUT, da UNE, ao MST confrontarem-se com essa estratégia, lutarem por uma plano de mobilização no Fórum de Lutas e exigirem que as prefeituras petistas rompam com a burguesia, coloquem pra fora seus secretários burgueses e apóiem as mobilizações e reivindicações do movimento.

EDITORIAL

PT, Sayad e Colin Powell

A recente nomeação do banqueiro João Sayad para a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo demonstra nitidamente o caráter de conciliação de classes que o PT dará às futuras prefeituras que administrará a partir de 2001. No recente encontro de cúpula do PT, uma das principais recomendações aos prefeitos eleitos foi de encontrar "Sayads" pelo Brasil afora e levá-los para o seu secretariado.

Para os menos avisados, João Sayad foi Ministro da Fazenda do governo Sarney, presidente do Banco Central durante o governo Collor e presidente do banco Inter-American Express. Essa nomeação não se trata da sombra da burguesia, mas de seu corpo e alma que ocupará um cargo chave na prefeitura, ficando inclusive responsável pelo financiamento das políticas sociais.

Mas isso não é tudo. Em recente viagem aos Estados Unidos, a prefeita eleita de São Paulo, Marta Suplicy, solicitou ao governo norte-americano que o general da reserva Colin Powell viesse à cidade realizar cursos e palestras. Novamente para os menos avisados: Colin Powell liderou a operação Tempestade do Deserto, na guerra do Golfo Pérsico, que arrasou o Iraque em 1991. Ao se reformar, Powell tornou-se autor de best sellers sobre liderança e gerência de crises. Atualmente está cotado para ter uma participação importante num eventual governo George W. Bush.

Como se não bastasse nomear para a secretaria de finanças um banqueiro, que representa o "corpo e a alma" da burguesia, Marta Suplicy quer ter aulas sobre "liderança e gerência de crises" com aquele que foi um dos principais "anjos exterminadores" do imperialismo ianque.

O **PSTU** repudia a nomeação de João Sayad para a secretaria de Finanças de São Paulo e conclama a todos os trabalhadores que votaram em Marta Suplicy a exigirmos: Fora João Sayad, Já! Ao invés de nomear um banqueiro para a secretaria de finanças do município, o PT deveria levantar a bandeira da suspensão do pagamento da dívida do município com a União e colocar como sua primeira tarefa a luta contra o governo FHC e o FMI.

Quanto ao convite de Marta a Colin Powell, para este vir dar sugestões sobre "gerências de crise" em São Paulo, além do assombro que nos causa a prefeita eleita ter feito tal convite, bem... esperamos, sinceramente, que nenhum adepto dos métodos de "gerenciamento" do general seja convidado à chefiar a Guarda Municipal.

Nário Barbosa

RÁPIDAS

◆ **O trabalhador rural sem-terra Sebastião de Maia, o Tiãozinho, foi assassinado no dia 21, passado no município de Querência do Norte**, noroeste do Paraná, próximo à Fazenda Água da Prata, que havia sido despejada pela Polícia Militar no dia 16 de novembro e reocupada na madrugada do dia 21. O crime aconteceu numa emboscada, quando os trabalhadores transitavam por uma estrada rural. Houve tiroteio e o lavrador foi morto com vários tiros, sendo atingido na cabeça. Tudo indica que a emboscada foi armada por pistoleiros da região, um dos focos principais da violência no campo do Brasil.

◆ Apesar do governo estar contando com a grana do Banespa para salvar o balanço das contas externas do país, a coisa está brava. Segundo relatório divulgado pelo Banco Central, **o déficit nessas contas é de US$ 3,5 bilhões no mês de outubro, mais do que o dobro (US$ 1,59 bi) registrado em setembro**. Apesar da balança comercial ter tido em outubro um déficit de US$ 523 milhões, não é isso que explica o aumento do rombo no mês. O Brasil pagou somente em outubro US$ 2,227 bilhões de juros da dívida externa (corresponde a 63,5% do déficit das contas externas no mês citado). Perto desse valor, até que os números da remessa de lucros no mês de outubro foram "modestos": apenas US$ 126 milhões.

◆ **Em relação aos últimos 12 meses, o déficit acumulado nas contas externas é de US$ 24,681 bilhões ou –4,19 do PIB.** Em relação a esse total, percebe-se que talvez nem a grana do Banespa possa resolver. Até porque, nos dois últimos meses, os investimentos diretos feitos pelo capital estrangeiro caíram. Em outubro foram US$ 1,7 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos acumulados no ano são de US$ 22,96 bilhões. De toda forma, pelo déficit acumulado nas contas externas, dá para ter uma idéia do que o país paga de juros da dívida externa. A média é na casa dos US$ 2,2 bilhões por mês.

◆ Por falar em Banespa, aqui vão alguns dados interessantes da rapinagem do capital estrangeiro no Brasil e no continente. **Com a compra do Banespa, o banco espanhol Santander passa a controlar 10,4% dos depósitos bancários da América Latina!** Ou, 97,1 US$ bilhões, que estão nos cofres do Santander, segundo dados do próprio banco.

B A N E S P A *Articulação não lutou para barrar privatização*

"É hora de somar forças contra o desmonte"

Para falar sobre o balanço político que os trabalhadores têm feito do processo de privatização do Banespa, o ***Opinião Socialista*** *entrevistou Fábio Bosco, funcionário do Banespa e ex-candidato pelo* ***PSTU*** *à prefeitura de São Paulo.*

Opinião Socialista – Qual é o balanço que existe hoje após a greve e a privatização do Banespa efetivada no último dia 20?

Fábio – Sofremos uma brutal derrota depois de seis anos de luta. Há seis anos houve uma intervenção no banco, desde então os trabalhadores têm lutado contra a privatização e agora o governo conseguiu entregar o Banespa à iniciativa privada.

O auge do movimento foi a greve dos 10 dias, quando cerca de 90% dos funcionários estavam participando do movimento. A força da greve fez com que a diretoria do banco viesse a reconhecer que a lei de greve estava sendo respeitada. Além disso, recolhemos 306 mil assinaturas ao abaixo-assinado que exigia o plebiscito. Aí, houve um vacilo da direção em não bancar um acampamento em frente à Assembléia Legislativa ou mesmo uma ocupação, para mostrar à população que o presidente da Assembléia foi quem não quis colocar o assunto em votação, mesmo com 65 dos 96 deputados tendo se declarado formalmente contra a privatização.

OS – Qual a avaliação sobre o processo de desmonte da greve?

Fábio – Nos últimos meses a direção da Associação do Banespa, o Sindicato dos Bancários e a CUT priorizaram a bandeira da garantia do emprego por 12 meses. No final das contas, desmontaram a greve sem garantir os 12 meses de estabilidade e sequer um índice. A greve, na prática, só existiu porque havia uma data marcada para o leilão. Aí, na audiência de conciliação, em Brasília, a maioria da direção – vendo que o governo não queria ceder — abriu mão da greve. Vieram para a assembléia argumentando que o TST a julgaria ilegal e haveria milhares de demissões. Usaram uma argumentação terrorista, tradicional ao patronato. Conseguiram que a proposta de desmonte da greve passasse por uma pequena maioria porque a base, mesmo contra encerrar o movimento, percebeu que a direção não o levaria à frente. O TST sequer chegou a julgar a greve. Eles levaram a assembléia à confusão e à divisão com a argumentação que usaram, mas ainda assim um amplo setor dos trabalhadores (40%) votou contra o fim da greve. Aquela era a hora de mobilizar, aglutinar o apoio da opinião pública (que se declarou 63% contra o leilão) para tentar barrar o processo.

OS – Quais são as perspectivas para enfrentar os ataques ao funcionalismo que deverão vir?

Fábio – O que pode ser feito é um movimento de resistência contra as demissões e em defesa dos direitos. A perspectiva é que o Santander parta para um processo brutal de demissões. Não só demissões, mas PDBV, terceirização e invista em sumir com o papel social do banco. Foi isso que foi feito quando o Santander assumiu o Banco do Noroeste e o Meridional.

Para enfrentar isso, nós iniciamos esta semana uma campanha sobre os clientes do banco em oposição às demissões. Além disso, também está sendo feita uma campanha junto às prefeituras, das quais o Banespa detém a maioria das contas no Estado. Em sua maioria eles têm se colocado contra as demissões. Estamos combinando às nossas bandeiras de garantia no emprego e direitos, questões como a garantia ao crédito rural dos pequenos proprietários, o apoio às prefeituras nas áreas cultural e esportiva, etc.

OS – Qual a lição que fica desse processo?

Fábio – A discussão sobre como foi a luta no Banespa é de interesse de todos os trabalhadores. Foi a maior greve contra a privatização do último período, estivemos perto de ganhar e o movimento foi suspenso de uma forma que eu nunca vi ser utilizada no movimento cutista, o que, obviamente desanima outras categorias a se enfrentarem contra os processos de privatização que estão por vir. Os trabalhadores do Banco do Brasil, CEF, Petrobras, etc têm que debater esse tema, para que isso não ocorra novamente.

Sérgio Koei

Assembléia dos funcionários do Banespa durante a greve

Dieese explica a maracutaia

O Opinião Socialista entrevistou o economista do Dieese, Marcelo Ferraza, que explicou como foi feita a subavaliação do banco.

OS — Como foi feito o estudo do Dieese que chegou à conclusão de que havia uma disparidade de 105% entre os valores estimados pelos bancos contratados pelo governo e o que deveria ser o valor real do Banespa?

Marcelo – Como o tempo era muito escasso, o que a gente fez foi uma verificação sobre o estudo do Banco Fator, porque foi com base nesse estudo que o edital fixou o preço em R$ 5,843 bilhões. O que a gente fez foi reler o estudo e apontar basicamente três erros: a questão da taxa de desconto, que estava superavaliada; as taxas de juros e *spreads* que medem a rentabilidade do banco, e, os investimentos necessários para que o banco fique no mesmo nível dos demais bancos. O banco Fator fez uma superestimação desses investimentos, o que reduziu também o valor do banco. Nós refizemos os cálculos de acordo com a metodologia do banco Fator para não contestarem a metodologia. Só estes três pontos dariam uma reavaliação do banco para praticamente R$ 12 bilhões.

OS – Ou seja, se o estudo fosse feito com mais tempo e em cima da contabilidade do próprio Banespa, a diferença poderia ser ainda maior?

Marcelo – Se nós usássemos outras questões, que não foram avaliadas pelo banco Fator, o valor seria ainda superior a esse.

OS – A lei determina que o Banco Central contratasse duas empresas para fazer a avaliação do banco. No entanto, o Fator foi contratado pelo BC e o Boos-Allens pelo governo do Estado de São Paulo. Qual a avaliação de vocês sobre este aspecto?

Marcelo – Isso não é o fundamental. O problema é que a lei diz que se houvesse uma diferença entre as avaliações superior a 10% teria que ter uma terceira avaliação. Esse é um aspecto fundamental porque as duas consultoras se consultaram para que os números chegassem a uma diferença inferior a 10%. Mesmo assim, os vários relatórios feitos por elas apontavam diferenças superiores a 10%. No entanto, em vez de contratar uma terceira, eles corrigiam o relatório para que a diferença ficasse nesse patamar. As avaliações não foram levadas a sério. Ao invés de o Tribunal de Contas dizer que o estudo estava errado, dizia "essa parte está errada". Aí, o Banco Fator corrigia. Depois, o Boos-Allen corrigia. Não é esse o papel do Tribunal de Contas.

OS – Qual o principal interesse do Fator com a subavaliação do Banespa e a sua privatização?

Marcelo — O Banco Fator tem uma remuneração de 0,15% do valor pelo qual o banco foi vendido no leilão. Ou seja, eles ainda têm uma rentabilidade por terem trabalhado na privatização e eles se apropriam de 0,15%, o que corresponde a R$ 10,5 milhões.

MOVIMENTO *Greves dobram intransigência do patronato*

Luta dos metalúrgicos mostrou o caminho

Américo Gomez,
de São Paulo

A greve realizada pelos metalúrgicos das montadoras do Estado de São Paulo foi uma das maiores da sua combativa história. Foram mais de 60 mil metalúrgicos parados: Volkswagem em São Bernardo, São Carlos e Taubaté; Ford em Taubaté e São Paulo; GM em São Caetano e São José dos Campos; Scania em São Bernardo; Toyota em São Bernardo e Campinas; Mercedes e Honda em Campinas.

A greve unificada das montadoras conseguiu uma vitória e obrigou o TRT/SP a ceder no índice de 10%, decretar o pagamento dos dias parados e dar 90 dias de estabilidade no emprego. Demonstrando, categoricamente, que quem foi à greve nesta campanha salarial conseguiu um acordo melhor. Além disso, colocaram os patrões na difícil situação de decidirem se vão recorrer ou não ao TST.

Mas existem outros exemplos para além das montadoras. Em São José, os metalúrgicos também fizeram greves nas eletroeletrônicas (Phillips, Ericsson, National Panasonic), nas autopeças (Bundy e Eaton) e na indústria de aviação Embraer. Em muitas delas o resultado foi a conquista de aumentos ainda melhores.

Na Phillips, conquistou-se os 10% (com 2% em janeiro) e aumento no piso de 21%; na Bundy e na Ericsson foram fechados acordos com 10% em novembro e aumento no piso de 21%. Em todas elas os acordos incluíram o pagamento dos dias parados. As outras fábricas continuam negociando.

As campanhas salariais que ocorreram neste 2º semestre partiram de um patamar totalmente distinto dos anos anteriores. Disposição de luta havia e os trabalhadores a demonstraram, realizando atos, manifestações, "trancaços", paralisações e greves. A maioria foram lutas salariais, mas também houve lutas políticas como a greve do Banespa e as manifestações do Movimento Sem Terra.

As paralisações dos trabalhadores do poder Judiciário, a greve dos PMs de Pernambuco, a mobilização dos metalúrgicos de Minas Gerais, as paralisações dos condutores da cidade de São Paulo, as assembléias e paralisações dos petroleiros, a greve do Banespa e as mobilizações bancárias e a greve por tempo indeterminado das montadoras do estado de São Paulo são mobilizações que fazem parte da nova conjuntura. Os trabalhadores diante de um brutal arrocho salarial, do crescimento da produção industrial e após a vitória da oposição nas eleições municipais, saem à luta por suas reivindicações.

Isso provocou mudanças na postura dos patrões. Há dois anos atrás éramos obrigados a não assinar acordos coletivos pois os patrões queriam retirar direitos. No ano passado, os sindicatos mais combativos do setor metalúrgico de São Paulo tiveram que dividir a campanha salarial para conseguir algumas vitórias. Este ano, de maneira geral, os patrões não falaram em retirar direitos. Partiram da reposição da inflação e aceitaram dar algum aumento que a superasse.

De outro lado, a campanha também mostrou que os empresários não pretendem dar de graça reajustes que sejam incorporados aos salários, preferem abonos e adicionais. Acontece que eles foram obrigados a fazer concessões, principalmente onde houve lutas, embora tenham evitado que estas chegassem a um ponto que significassem um retrocesso nos ganhos obtidos às custas de uma grande superexploração, imposta aos trabalhadores nos últimos anos, quando prevalecia um refluxo nas mobilizações.

Fotos: Manuel Pereira

Ao lado, piquete de greve na Embraer, em São José dos Campos. Abaixo, assembléia dos metalúrgicos da GM também em São José

Novas mobilizações para o ano que vem

Agora, existem setores da maioria da direção da CUT que só querem falar em mobilizações em outubro do próximo ano. Assim, colocam-se na contra mão da vontade dos trabalhadores, de ir à luta para garantir seus direitos. Com certeza haverão mobilizações e greves no 1º semestre do próximo ano.

O Encontro UNE, Andes e Fasubra já marcou um Dia Nacional de Luta para 28 de março. E o MST abriu a discussão com o movimento social urbano de preparar uma Jornada Nacional de Lutas em abril, com ocupação de prédios públicos e fazendas, greves e manifestações e com um Dia Nacional de Protesto para 17 de Abril.

Este é o caminho que o movimento deverá seguir. **(A.G.)**

Maioria dos dirigentes não queria unificação

A maioria dos dirigentes sindicais da CUT (particularmente *Articulação Sindical*) e a Força Sindical jogaram contra a unificação. Apesar da campanha ter começado de forma unitária.

Em muitas categorias partiu-se de reivindicações corretas, mas logo os dirigentes começaram a rebaixá-las para tentar apresentar supostas vitórias. Muitos setores acreditavam que os dois dígitos estavam garantidos. O que não era correto. Ao perceberem isso, esses sindicalistas começaram a fechar acordos com índices de 7,5 e 8% ao invés de irem à luta pelos 10% ou mais. O exemplo do Banespa foi o pior de todos, onde a direção do sindicato jogou-se vergonhosamente para acabar com a greve e aceitar a privatização.

Mas esse erro também ocorreu com as direções sindicais dos demais setores em campanha, que assinaram um acordo abaixo dos 10% na véspera da greve dos metalúrgicos do Estado de São Paulo. Já a Força Sindical, dias antes das assembléias dos sindicatos cutistas, aceitou 8% para os metalúrgicos de São Paulo.

O mínimo que estas direções poderiam fazer, mesmo que não tivessem nenhuma capacidade de mobilização, era postergar a assinatura dos acordos e esperar a greve dos metalúrgicos.

E mesmo em metalúrgicos do Estado de São Paulo, a *Articulação Sindical* não se jogou a fundo pela mobilização. Na greve das montadoras não parou a Ford e a Mercedez, as duas únicas montadoras que não pararam no Estado, utilizando-se da tal "greve inteligente", enfraquecendo, assim, o movimento.

Outro aspecto falho nesta campanha salarial foi a postura de vários dirigentes sindicais que se recusaram a politizar o movimento. Não vincularam as lutas especificas e salariais com as lutas gerais pelo FGTS e pelo salário mínimo ou mesmo com lutas concretas de outros setores como "contra a privatização do Banespa" ou "contra a criminalização do MST". Nem falar em uma denúncia global contra o governo e o FMI. Parecia até que FHC governava outro pais...

Fica aí a lição e a certeza da necessidade de construírmos uma nova direção para o movimento sindical. **(A.G.)**

Caixa 2 de FHC: Collor caiu por muito menos

Roberto Castro

FHC quer sair de fininho do escândalo do caixa 2

Mariúcha Fontana,
da redação

Que a mídia, toda burguesia e mesmo o PT não estejam tratando com o estardalhaço que merecia a descoberta de planilhas eletrônicas sigilosas que revelam a existência de um caixa 2 de pelo menos R$ 10,120 milhões na campanha da reeleição de FHC em 1998, não torna tais denúncias menos graves.

Para quem não se lembra, toda trama do PC Farias começou com o caixa 2 e "restos de campanha eleitoral". A empresa doa o dinheiro às escondidas, depois cobra a sua devolução em liberação de verbas, contratos, licitações, etc, etc junto ao governo. E os "arrecadadores" ficam com uma "comissãozinha". O esquema revela que também as empresas têm caixa 2, ou seja, dinheiro, lucro e patrimônio que não são declarados, legalizados, ou seja, sobre os quais não pagam impostos. Dinheiro esse, que no mais das vezes voa para paraísos fiscais.

Antes das eleições, a operação abafa em torno do caso EJ/Lalau surtiu efeito. O PC de FHC sumiu do noticiário, impediram uma CPI. No entanto, soube-se que FHC assinou pedido de verbas para o Fórum do Lalau e que Eduardo Jorge – amigo do peito do senador Luiz Estevão e assessor íntimo de FHC — fazia tráfico de influências, tinha em seu poder os presidentes dos principais Fundos de Pensão do país e fazia lobby para diversas empresas no governo. PC e Collor ficaram famosos pela operação Uruguai. Hoje ronda por aí um dossiê Caymann, que volta e meia solta fumaça.

O fato é que EJ – como não poderia deixar de ser – também está envolvido nas negociatas do caixa 2 da campanha de FHC, chefiado pelo ex-ministro Bresser Pereira, mostrando que a tucanada toda bota Collor e cia no chinelo, quando se vê as cifras envolvidas nas suas maracutaias.

Um exemplo de como a coisa funciona é dado pela empresa Coteminas que, segundo as planilhas e o jornal *Folha de S.Paulo*, doou R$ 589 mil em camisetas para a campanha e vendeu outros 2,1 milhões, que nunca foram pagos. Nada disso foi declarado ao TSE. EJ participou de uma reunião entre a Coteminas e o PSDB para esta receber a dívida. A 'doação' generosa – não declarada ao TSE – entretanto, pode ser só uma migalha, já que em dezembro de 1997 houve uma operação de "aporte de capital" à empresa no valor de R$ 177 milhões, numa ação combinada da qual participaram os três principais Fundos de Pensão do país. A operação causou aos Fundos um prejuízo de R$ 46 milhões já no primeiro mês depois da compra de ações. Para que se tenha idéia, os Fundos compraram tais ações em dezembro de 1997 a R$ 0,37 cada e hoje elas valem R$ 0,15. À época, EJ era secretário do presidente FHC.

Os Fundos de Pensão e empresas de seguro também contribuíram para a campanha de FHC. Nos bastidores, na arrecadação de grana, o trabalho era reforçado pelas pessoas ligadas e indicadas por EJ.

Os governistas foram logo instruídos a declarar que FHC não sabe nada sobre as contas de sua campanha. Mas a verdade é uma só: a corrupção corre solta e em patamares jamais imaginados.

O incrível é a oposição – especialmente o PT – não se propor nem a fazer onda num caso desses.

Roubando os de baixo

Esse modelo econômico que está aí eleva a corrupção a níveis inauditos. A pirataria a que o país está submetido e a exploração de que padecem os trabalhadores e a maioria do povo, faz a festa dos banqueiros, grandes empresários e da curriola que está no poder intermediando a recolonização do Brasil. De tempos em tempos, em véspera de eleições, eles acenam com um "mundo rosa". Desta vez falaram que pagariam o FGTS e mais um monte de blá, blá, blá. E já estamos vivendo o novo estelionato eleitoral.

FGTS. *Os trabalhadores têm direito à correção das contas em pelo menos 68,9%, já que foram confiscados no Plano Verão e Plano Collor 1.*

O governo, no entanto, que deve pelo menos R$ 34 bilhões ao FGTS, alega que não é o Tesouro que tem que pagar essa conta, já que o fundo seria "privado", ou seja, não seria do governo mas dos trabalhadores. Está enrolando e não quer pagar, ou quer "negociar" como enrolar os trabalhadores, no que a Força Sindical está ajudando, com sua proposta ridícula de pagar todo mundo com uma cesta de papéis, ações, etc.

Não tem o que discutir, tem que pagar. Aliás, quando se trata de privatizações, a cassação de liminares do STF é imediatamente acatada. Quando se trata de pagar os trabalhadores, o governo passa por cima do STF.

Salário Mínimo. *Seria cômico, se não fosse trágico toda discussão em torno do mínimo. Primeiro, é ridícula a proposta de R$ 180. Segundo é duplamente ridículo o governo não querer pagar sequer R$ 180. E, por fim, mais ridículo é o Congresso Nacional e sobretudo a oposição caírem na armadilha de "onde sai a grana", concordando em discutir cortes ou impostos.*

O governo quer passar aí a cobrança de taxas dos inativos do serviço público, quer sair ganhando mais dinheiro para os banqueiros internacionais e ainda posar de "preocupado com o social".

Banespa. *Mesmo com mais de 60% da população contra a privatização e com mais de 80% favorável à realização de um plebiscito, como exigiam os funcionários do banco, FHC e sua turma entregaram o Banespa para o Santander.*

Como disse o próprio presidente do Banco Central, o Santander levou a melhor jóia da Coroa. O tão alegado ágio e "preço alto" que o banco espanhol pagou – além de que será devolvido para o mesmo em isenção de impostos – não cobre dois meses do déficit em transações correntes que tem o país com os países ricos. De quebra, teremos mais milhares de bancários demitidos e um banco estatal a menos para financiar pequenos empresários e projetos públicos.

Tarifaço. *Veio o reajuste dos combustíveis. A gasolina ficará 8% mais cara e o gás de cozinha pelo menos 5%. Veio junto, no pacote, reajuste trimestral dos combustíveis, atrelado à variação do preço internacional do petróleo.*

Outro ataque profundo à população brasileira e ao patrimônio do país. Se tal indexação já vigorasse hoje, o aumento da gasolina seria de 18%. Vem pela frente, portanto, mais aumento. E ele está ligado ao processo de privatização que se está operando da Petrobrás. O Brasil vai "abrir o mercado" também para o refino de petróleo, como já está dando de graça os melhores locais para extração. Como aconteceu com a telefonia e energia elétrica, os preços vão para as nuvens.

Dois caminhos: Fora FHC ou Feliz 2002

Renato Benvenutti

Esse governo corrupto e pró imperialista até a medula pode ser derrotado e derrubado. Os ingredientes estão todos aí, só falta que o cozinheiro queira juntá-los e cozê-los.

O crescimento econômico, pequeno e vacilante da ordem de 3,5% que vive o país tem pés de barro: as contas externas do país estão completamente pressionadas. Tiveram um suspiro agora com a entrega do Banespa, mas estruturalmente não se mantém no médio prazo.

Ainda mais num cenário econômico e político internacional que se deteriora a cada dia. A crise americana avança, a crise do petróleo permanece, a crise argentina é gravíssima. Do ponto de vista econômico, o pacote do FMI só atrasa o inevitável no país vizinho. Do ponto de vista político, tudo depende do grau de reação do movimento de massas, que está indo à uma greve geral.

O PT saiu das eleições apostando suas fichas nas eleições de 2002

Aqui no Brasil o governo está prá lá de desgastado. A maioria do povo está na oposição, está descontente e quer mudanças. Isso se revelou, inclusive, nas eleições municipais deste ano.

E, tão ou mais importante do que isso, os trabalhadores entraram em ascenso, estão mostrando disposição de luta e setores que não lutavam há anos estão reencontrando o caminho das greves.

O grande problema é que do lado de cá, do lado dos de baixo, a direção majoritária do movimento não se dispõe a ser a parteira de um processo de lutas para botar abaixo o ajuste do FMI e por tabela o governo FHC.

Infelizmente, o PT saiu das eleições apostando todas suas fichas nas eleições de 2002. Essa é sua estratégia. Mas acontece que depois das eleições municipais era possível unificar e politizar todas as lutas, para arrancar o reajuste dos salários – talvez até reajustes maiores do que os que foram conquistados --, e, sobretudo, para impedir a privatização do Banespa, forçar FHC a pagar o FGTS e exigir investigação até o fim desse caixa 2 de campanha.

Pela primeira vez, havia condições de derrotar uma privatização. Pela primeira vez os funcionários estavam em greve e em greve fortíssima, com o povo ao seu lado, com outros setores em greve e com prefeitos do PT recém eleitos e cheios de autoridade para levantar o povo de São Paulo pelo plebiscito.

Mas não houve nada disso, porque a estratégia de Feliz 2002, passa também por não "assustar" a burguesia e, inclusive, pela disposição de negociar com as instituições imperialistas que bancam esse modelo econômico, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o FMI, etc, etc.

Não questionamos que se discutam chapas presidenciais. Porém esperar até 2002 e não se dispor a se confrontar globalmente com o "ajuste" do FMI, bem como se dispor a manter a governabilidade de FHC por mais dois anos, implica em sacrifícios enormes para a classe trabalhadora, em desnacionalização e entrega do patrimônio público.

O Banespa já foi, o que mais irá até 2002? A próxima rodada será a entrega das geradoras de energia elétrica, a semi-privatização da Petrobrás, o desmantelamento ainda maior dos serviços públicos, arrocho monumental nos salários e desemprego.

O saque ao bolso dos trabalhadores, a retirada de direitos e a entrega do país não vão parar enquanto não impedirmos esse governo de governar.

As lutas mostram o caminho

A greve dos metalúrgicos – apesar de não ser unificada, por política da Articulação Sindical e da Força Sindical – mostrou uma enorme disposição de luta. Se tivesse sido unificada e combinada com ações de rua causaria um impacto tremendo.

Em São José dos Campos, pararam fábricas que há mais de 10 anos não paravam, como Embraer e Ericsson. Pequenas fábricas se somaram massivamente a greve e aderiam a arrastões que iam parando outras fábricas, como num efeito dominó.

A greve heróica do Banespa foi uma das mais fortes e aguerridas de todo movimento bancário, só comparada com as greves dos anos 80.

A greve de 24 horas que fizeram os petroleiros durante a campanha salarial, que antecedeu o acordo, surpreendeu todo mundo pelo grau de adesão.

Essas greves demonstram que as lutas recomeçaram, que há disposição de luta.

O caminho a seguir é o de apostar na ação direta, na sua unificação e na defesa dos interesses e reivindicações dos trabalhadores e do povo recolocar na rua o Fora FHC e o FMI.

Manuel Pereira

Metalúrgicos em greve fazem "arrastão" nas fábricas em São José

Retomar o Fora FHC

Pelo pagamento do FGTS, por um salário mínimo de US$ 200 dólares (como propõe a CNBB), rumo ao mínimo do Dieese, pela Reforma Agrária, pela anulação das privatizações, pelo não pagamento da dívida externa, por uma CPI que investigue EJ e FHC, o Fórum Nacional de Lutas precisa chamar uma jornada de mobilizações.

A CUT, a UNE, o MST e o Fórum de Lutas precisam apontar para a unificação das próximas lutas que estão se construindo (ANDES/UNE/Fasubra) e apontar um calendário que envolva todos os setores e todo o povo.

É hora das entidades – que votaram em seus Congressos o Fora FHC – colocar na rua o Fora FHC e o FMI, no compasso da luta pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores.

Romper com a burguesia

De outra parte, os trabalhadores e suas entidades precisam exigir que os governos do PT não incluam banqueiros e figuras da burguesia em seus secretariados, bem como que se comprometam com as bandeiras do movimento e se coloquem em oposição frontal ao governo federal e ao serviço da mobilização dos trabalhadores.

É inadmissível o que Zeca do PT está fazendo no Mato Grosso do Sul. É inadmissível Marta chamar um banqueiro para Secretário de Finanças e não dizer um a contra a privatização do Banespa.

Governo do MS quer acabar com estabilidade do funcionalismo

Zeca do PT propõe reforma do Estado

Euclides de Agrela,
de São Paulo

O governo do Mato Grosso do Sul, dirigido pelo ex-Zeca do PT, agora Exmo. Sr. José Orcírio Miranda dos Santos resolveu aplicar uma reforma administrativa que em nada difere da reforma neoliberal do Estado aplicada pelos governos tucanos, começando por FHC.

Recentemente o governo do Mato Grosso do Sul enviou à Assembléia Legislativa daquele Estado um Projeto de Lei que *"Dispõe sobre a relação de trabalho dos servidores públicos do Poder Executivo"*. Na justificativa do projeto, o próprio governador afirma:

"A área de recursos humanos, pela sua importância estratégica na reestruturação do Estado, passará por uma nova concepção visando sua inserção no novo modelo de gestão da Administração do Poder Executivo. O estabelecimento de programas de trabalho voltados para resultados e a modernização e atualização da legislação de pessoal serão medidas que permitirão aumentar a eficiência e atingir metas de economia de despesas na execução das funções de competência do Poder Executivo".

"O servidor é peça fundamental no processo de reestruturação institucional do Estado, sob o novo enfoque contido na Emenda Constitucional Federal Nº 19/98 (...), onde uma das principais alterações é a de proporcionar ao Estado oportunidade de descentralizar e transferir funções que podem ser melhor desenvolvidas por entidades não governamentais".

O governo do Mato Grosso do Sul está propondo na prática o fim do Regime Jurídico Único e a quebra da estabilidade no emprego dos servidores públicos, seja por "insuficiência de desempenho" ou para a redução das despesas com o pagamento dos salários de acordo com o limite de 60% definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O projeto promove ainda o desmonte do sistema de gratificações dos servidores e fixa novos critérios para a concessão de férias e dos adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade, à semelhança da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Com base no anterior estabelece o *"adicional de incentivo à produtividade"*, para *"incentivar"* e *"retribuir"* os servidores dos órgãos ou entidades que participarem dos programas de gestão por resultados, medidos com base à obediência de metas de desempenho pré-estabelecidas.

Como se isso não bastasse, esses programas de gestão por resultados e suas metas serão medidas por um sistema informatizado que registrará o histórico de todas as atividades, ocorrências e fatos da vida funcional do servidor público.

Esta Reforma Administrativa do governo petista deve ser repudiada. É preciso defender a manutenção do Regime Jurídico Único, a estabilidade no emprego e todas as conquistas sociais do funcionalismo público estadual.

Os sindicatos dos servidores e a CUT Estadual tem o dever de mobilizar os funcionários públicos contra essas medidas. É imprescindível que os sindicatos dos funcionários públicos da União e demais Estados também exijam a retirada imediata do Projeto de Lei em tramitação na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul.

Olívio Dutra impede aumento

A Reforma Administrativa do Mato Grosso do Sul não é um caso isolado.

Mal foram divulgados os resultados do 2º turno das eleições municipais, o Supremo Tribunal de Justiça aplicou a Lei de Responsabilidade Fiscal e suspendeu um aumento salarial de 14,9% que os servidores da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul haviam conseguido por meio de liminar. A liminar foi cassada a pedido do governador, Olívio Dutra, do PT.

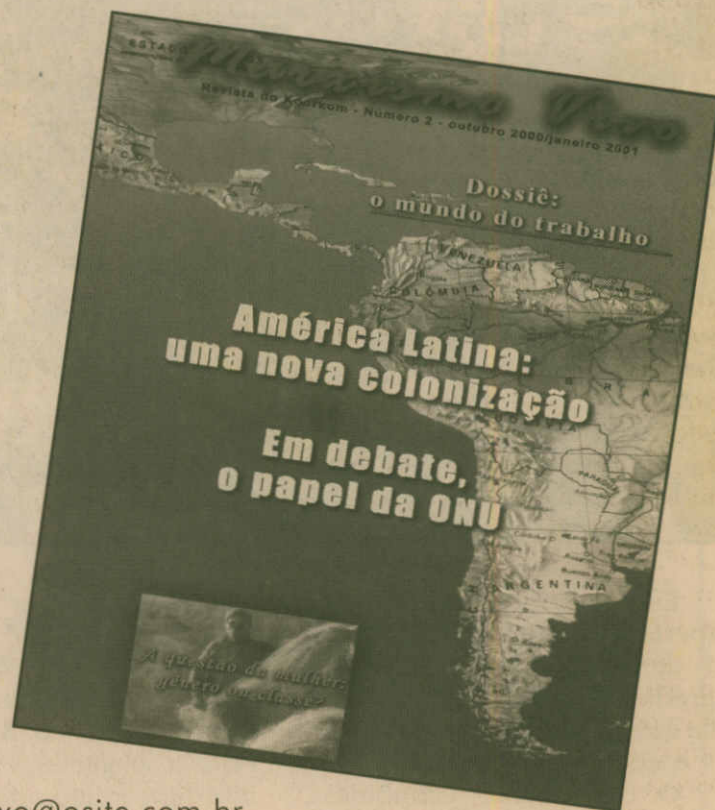
"O governador do Rio Grade do Sul sustentou uma tese semelhante à que o presidente Fernando Henrique Cardoso apresenta para condenar aumentos salariais ao funcionalismo: o acréscimo na folha de pagamentos implicaria o risco de grave lesão à ordem e à economia públicas" (Folha de S. Paulo, 1/11/00).

Enquanto isso, Olívio Dutra segue pagando religiosamente a dívida do Estado com a União. O governador do Rio Grande do Sul possui dois pesos e duas medidas. Para ajudar o governo FHC a continuar pagando a dívida externa e interna, tudo. Para os funcionários públicos do Rio Grade do Sul, Lei de Responsabilidade Fiscal. (E.A.)

Saiu a Marxismo Vivo

Foi lançada o segundo número da revista Marxismo Vivo.

Você pode adquirir Marxismo Vivo nas sedes do PSTU, com os militantes do partido ou ainda por e-mail:

marxismovivo@osite.com.br

MOVIMENTO

Proporcionalidade é aprovada na Apeoesp

Luciana Araujo,
da redação

O 27º Congresso da Apeoesp (o Sindicato dos Professores da Rede Estadual do Ensino Público de São Paulo), realizado entre os dias 11 e 14 de novembro em Serra Negra, foi marcado por duas das mais importantes votações da história do Sindicato. Dos 1.908 delegados presentes representando as 92 subsedes do Estado, 900 votaram a favor da proporcionalidade direta para a eleição da diretoria da entidade. A proposta foi aprovada contra os 737 votos da delegação dirigida pela atual diretoria (*Articulação Sindical* e *Corrente Sindical Classista*). Vários delegados se abstiveram, entre eles os integrantes do Partido da Causa Operária, que historicamente são contrários à democratização interna das entidades do movimento sindical.

Congressos serão anuais

Outra votação importante foi aprovação da realização de congressos anuais. Hoje, os congressos da Apeoesp são realizados de três em três anos. Nesse ponto, a oposição unificada obteve 1.015 votos contra 766 da diretoria.

"A vitória da oposição no congresso é histórica. Depois de 15 anos, conseguimos aprovar o congresso anual e a proporcionalidade. Essa vitória ajuda também no ânimo de setores expressivos da categoria, que poderão lutar contra Covas e sua reforma do ensino médio, com mais disposição", afirma José Geraldo, o Gegê, dirigente da subsede da Apeoesp Santo Amaro e militante do **PSTU**.

Articulação quer ignorar resolução

Após essas duas derrotas, a Articulação fez diversas manobras para impedir a regulamentação da proporcionalidade, que acabou não sendo votada no congresso. *"A manobra da Articulação tem como objetivo não aplicar de fato a proporcionalidade. Eles estão esperando dar um golpe no próximo congresso. No entanto, pelo estatuto do Sindicato eles não podem passar por cima dessa resolução, pois toda votação congressual tem quer aplicada, antes que haja qualquer alteração"*, conclui Ivanci Vieira também militante da Oposição Alternativa e do **PSTU**.

Discriminação racial ainda oprime milhões de pessoas no país

Racismo se trata na chibata

Wilson H. da Silva,
da redação

Eraldo Platz

20 de novembro de 1695...Morria Zumbi dos Palmares. Depois de liderar, durante décadas, com raça e garra o Quilombo que se tornou símbolo da luta contra a opressão, a exploração e a discriminação neste país, seu líder guerreiro tombava, sem perder sua dignidade, sem abrir mão de sua luta.

22 de novembro de 1910...João Cândido, nosso "Almirante Negro", e seus companheiros marinheiros voltavam os canhões de seus navios contra a sede do governo brasileiro, cientes de que por trás de cada chibatada que os açoitava, de cada ato racista que os humilhava, estava a' mão de um dos muitos poderosos e endinheirados que há séculos dominam o Brasil.

20 de novembro de 2000... Em São Paulo, cerca de mil pessoas se reúnem no centro da cidade para exigir a liberdade de Donizete Borges da Silva, preso desde agosto de 1999 pura e simplesmente porque é negro.

E, na USP, a mais importante universidade do país, uma série de debates e atos exigem a readmissão de Marivaldo Lemos da Silva, demitido há pouco mais de um mês por ter protestado contra uma atitude racista de seu chefe.

Donizete é um exemplo extremo de uma das máximas da discriminação racial neste país: negros e negras são tratados como "suspeitos (ou criminosos) até que se prove o contrário". Só isso pode justificar que um rapaz de 25 anos, sem nenhum antecedente criminal, esteja preso até hoje só porque estava próximo do local onde aconteceu um latrocínio, sem que nenhuma testemunha, de fato, tenha comprovado sua presença na cena do crime.

Racismo é mecanismo para superexploração dos trabalhadores

Já Marivaldo é outro infeliz exemplo de como se dão as relações raciais no Brasil. Contratado como vigia da Escola de Enfermagem da USP, Marivaldo começou a ser perseguido por seu chefe, o Sr. Juarez de Paulo, quando reclamou por ser obrigado a cumprir um turno de 36 por 12 horas. Os atritos entre os dois se estenderam até o dia em que, reclamando de dores na perna depois de ficar horas em pé, Marivaldo pediu para revezar com outro vigia, pois, além de tudo, ele estava começando a ter varizes. Uma solicitação diante da qual o Sr. Juarez respondeu: "*Mas é pra isso mesmo que nós contratamos negrão, vocês podem ficar seis meses, um ano aí e as varizes nem vão aparecer*". Indignado com a afirmação, o funcionário acusou o chefe de racista e dias depois foi demitido.

Como toda história envolvendo racismo neste país, há, evidentemente, outras "versões" para o ocorrido. A polícia alega que Donizete foi reconhecido por uma testemunha a, qual, de qualquer forma retirou seu depoimento em seguida; já a USP, simplesmente não vê racismo algum quando um de seus chefetes compara um funcionário negro a uma mula de carga...

O fato concreto, contudo, é que tanto Donizete quanto Marivaldo são lamentáveis exemplos de como, há muito, o racismo não só tem sido utilizado para oprimir e discriminar milhões de pessoas, como também, efetivamente, é um mecanismo a mais na superexploração que massacra os trabalhadores brasileiros.

E é por isso mesmo que os nomes destes dois companheiros tornaram-se marcos no dia 20 de novembro. Há milhares como eles espalhados pelo país. Eles nos fazem repensar nas lições deixadas por aqueles que simbolizam a Semana da Consciência Negra no Brasil: Zumbi e João Cândido. Duas figuras que, a duras penas, aprenderam que não há como lutar contra o racismo sem lutar contra o sistema que dele se beneficia. Duas figuras, enfim, que nos deram a melhor e mais importante lição: racismo se trata é na chibata.

Por isso, também, só podemos entender o fato de que, neste 20 de novembro, depois de seis anos de briga jurídica, a cidade do Rio de Janeiro comemorou, pela primeira vez, o feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares como uma vitória do movimento negro, dos trabalhadores, dos estudantes e de toda a população explorada e oprimida.

GAYS E LÉSBICAS

Movimento se fortalece

Leandro Paixão,
da Secretaria de Gays e Lésbicas do PSTU

"*As leis anti-discriminação são uma vitória. São resultado de muita luta, de gente na rua, de muito esforço. Mas como já afirmou o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, 'os lírios não nascem da lei'... Acreditamos que nossas vitórias serão sempre meias-vitórias, senão falsas vitórias, enquanto não decidirmos que é a estrutura da sociedade que precisa ser mudada*".

Com estas palavras, a Secretaria de Gays e Lésbicas do **PSTU** inicia o manifesto distribuído na 2ª Conferência Latino–americana e Caribenha de Gays e Lésbicas.

A Conferência, que reuniu mais de 200 ativistas entre os dias 11 e 14 de novembro no Rio, fundou a seção latino–americana e caribenha da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), aprovou o estatuto e a carta de princípios da entidade, que passou a incluir o acionamento de mecanismos sociais para garantir o cumprimento das leis aprovadas em defesa da livre orientação sexual.

Foi apresentado como estatuto–base, o da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). O documento final aprovado retirou daquele estatuto alguns incisos arbitrários, como o que exigia a aprovação prévia, sem quaisquer critérios, em assembléia geral, da filiação de novos grupos. No capítulo das finalidades da organização, ao lado do apoio aos demais setores oprimidos – negros, indígenas, mulheres – foi acrescentado o apoio aos setores excluídos e explorados da sociedade – trabalhadores e desempregados.

Em vários momentos foi debatida a necessidade de o movimento declarar sua independência do governo, e "aproximar–se mais dos seus aliados naturais", que estão nos sindicatos e nos movimentos populares, como afirmou no seu discurso de abertura, o Secretário–Mundial da ILGA, Kursad Kahramanoglu, também diretor do maior sindicato da Grã–Bretanha, com mais de um milhão de associados.

Prova de que o governo não é aliado do movimento, mas o utiliza para promover–se, foi a declaração do representante do Ministério da Justiça: "*Às vezes dá a impressão de que o que está sendo feito é muito pequenininho, insignificante. Não tenham preocupação com o tamanho do que está sendo feito, porque isso tem sempre repercussão*". Já Carlos Passarelli, gay assumido, falando pela Coordenação Nacional de DST/AIDS, do Ministério da Saúde, saiu–se com esta: "*os jovens gays ainda são infectados porque a gente ainda não descobriu um jeito de falar com eles*". Não descobriram ou não é prioridade do governo?

Na eleição da nova direção, formou–se um grupo de oposição à atual direção do movimento gay e lésbico brasileiro. De oposição ao burocratismo que tem barrado o processo democrático na Associação. Os grupos LGBTT estão conscientes disto e deram seu recado nesta Conferência – uma nova direção está apontando.

Israel: história de uma colonização (II)

Neste edição o ***Opinião Socialista*** *reproduz a segunda parte de trechos de artigos sobre a questão palestina e o Estado de Israel. Os artigos foram publicados pela revista socialista* Revista da América, *editada durante quase toda a década de 70 e que defendeu as posições políticas do marxismo revolucionário. Os trabalhos foram escritos em 1973 pelos socialistas revolucionários argentinos Roberto Fanjul e Gabriel Zadunaisky.*

AFP

RETALIAÇÃO
Tanque leva ao território palestino o que Israel considera uma advertência

Finalizada a 1ª Guerra Mundial (1918), os Aliados (Inglaterra, França, Itália, EUA, etc.) demonstraram que era milimetricamente exata a opinião de Lênin sobre eles: tratava-se de um grupo de bandidos imperialistas que lutava contra outro grupo de bandidos imperialistas (Alemanha, Áustria, etc.) pela repartição das colônias e das "esferas de influência" de seus monopólios.

A liga vencedora havia decidido institucionalizar-se sob a forma da "Sociedade das Nações", digna antecessora das atuais "Nações Unidas". E na forma previamente combinada, a Inglaterra recebeu a Palestina sob "mandato da Sociedade das Nações".

Mas a 1ª Guerra não só havia gerado um grupo de imperialistas vencedores, como também, pela primeira vez na história, surgia um Estado Operário, a União Soviética, que repudiava as conquistas coloniais e que chamava esses povos a expulsar os colonizadores. Ademais, em todo o mundo colonial ou semicolonial, começava uma potente onda de lutas anti-imperialistas. E o mundo árabe não era de nenhuma maneira uma exceção.

Dentro deste mundo árabe, o Oriente Médio vai ser a zona onde ocorrerão as lutas mais importantes contra o imperialismo inglês e francês que dominavam a região. Entre as duas guerras mundiais, produziram-se numerosas insurreições massivas.

A Palestina foi o eixo desta luta anti-imperialista, especialmente durante a colossal insurreição de 1936/39, que, para ser sufocada, demandou a metade dos efetivos de todo o exército do Império Britânico. Essa revolta começou com uma greve geral que durou seis meses! Milhares de palestinos foram mortos, detidos e condenados à forca ou a longas penas de prisão. Em 1939, o heróico povo palestino se achava derrotado depois deste terrível banho de sangue. Esta é a chave principal da relativa facilidade com que em 1947/48 poderia se instalar o Estado de Israel.

"*Quando ocuparmos a terra expropriaremos pouco a pouco a propriedade privada nos Estados que nos designem. Trataremos de desanimar a população pobre alijando-a para mais além da fronteira, procurando emprego para ela nos países intermediários e negando-lhe qualquer emprego em nosso país. Tanto o processo de expropriação como de eliminação (!!!) dos pobres deverá ser levado adiante discretamente e com circunspecção*". Esta anotação de Theodor Herzl (jornalista judeu e dirigente sionista) em seu "Diário", além de provar que ele realmente não ignorava a existência de habitantes no lugar onde queria criar o Estado Sionista, constitui por si só todo um programa.

O gradual fortalecimento deste colonialismo marginalizante realizou-se sob três palavras de ordem: conquista da terra, conquista do trabalho e produto da terra.

Conquista da terra significava que toda a terra possível fosse adquirida (legalmente ou de outras maneiras) dos árabes, e que nenhuma possuída por judeus fosse vendida ou de alguma maneira retornasse aos árabes. Conquista do trabalho significava que nas fábricas e terras possuídas pelos judeus fossem empregados exclusivamente trabalhadores judeus, na medida do possível. O trabalhador árabe era boicotado. De fato, a Histadrut, que hoje finge ser "Central Operária" em Israel, foi criada para impor o boicote aos trabalhadores árabes. Produto da terra significava praticar o boicote da produção árabe por parte dos colonizadores judeus e sustentar somente a compra de produtos das terras ou negócios judeus.

Com política de terror sionistas fabricaram uma "terra sem povo"

Os sionistas eram minoria, porém minoria em constante crescimento. Por outra parte, ainda que minoritários, possuíam um poder econômico — que é o que conta decisivamente — muito maior que o dos árabes.

No princípio da colonização, as medidas econômicas e políticas tendiam a uma lenta, porém, firme marginalização da população árabe. Agora este processo daria um salto: a expulsão da maioria dos palestinos e a expropriação de seus bens.

O líder sionista Weitz, diretor durante muitos anos do departamento de colonização da Agência Judaica, anotava em seu "Diário" em 1940: "*A única solução é uma Palestina, ou ao menos uma Palestina Ocidental (ao oeste do rio Jordão) sem árabes. E não há outro caminho a não ser transferir todos os árabes daqui para os países vizinhos, nenhuma aldeia, nenhuma tribo devem ficar*". Para realizar estes planos, dignos de Hitler, só havia um método: o que usava Hitler.

Ao ser votada a partilha nas Nações Unidas, começou uma campanha de terror que obrigou as populações árabes a fugirem. Seria impossível fazer a recontagem de todas as matanças dos colonizadores sionistas. Os objetivos políticos das matanças de Deir Yassin, Lidda, Jaffa, etc. não pode ser mais claro: fabricar a "terra sem povo", "transferir" — como dizia Weitz — a todos os árabes daqui para os países vizinhos.

Dessa forma, ao assinar-se o armistício em 1949, aproximadamente um milhão de palestinos haviam sido expulsos de sua terra.

O Estado de Israel é a institucionalização da ação colonial. Como na África do Sul e na Rodésia, a população nativa foi despojada de suas terras e bens, e de seus direitos nacionais e democráticos, parte dela obrigada a emigrar e o restante foi submetida às normas clássicas dos estados, onde uma suposta "raça superior", domina uma "raça inferior". O Estado de Israel é o instrumento (armado até os dentes pelo imperialismo) que tem como finalidade manter essa situação colonial e retribuir os serviços do imperialismo atuando como seu cão de guarda contra os movimentos revolucionários ou simplesmente nacionalistas do mundo árabe.

A fome e a sede de super lucro que domina a burguesia sionista, se estende também com a exploração, a discriminação racial e a miséria sobre amplos setores da população judaica, especialmente a de origem oriental (sefaraditas, yemenitas, etc.). Hoje o Estado de Israel é uma pirâmide racista, onde o pico é ocupada por dois mil milionários (em dólares) de origem azkenaze (judeus europeus) e intimamente ligados aos negócios imperialistas. Mais abaixo, vem a burguesia média e uma burocracia privilegiada do Estado e da Histadrut, também de origem azkenaze. Estas classes e camadas privilegiadas, exploram as massas de judeus orientais e, já no último escalão da pirâmide, os árabes palestinos. Israel é a África do Sul do Oriente Médio.

P E R U *Oposição controla governo de transição até eleições de abril próximo*

Cai a máfia fujimorista!

Ge Souza,
da redação

Após uma reunião de 13 horas, o Congresso do Peru destituiu o presidente Alberto Fujimori do cargo no último dia 22, alegando que ele é "moralmente incapaz" de governar o país, dando fim a ditadura de Fujimori, cassando os seus direitos políticos, o que impede qualquer tentativa de do ex-presidente de concorrer a cargos públicos no Peru.

A carta de renúncia apresentada por Fujimori — que continua no Japão — não chegou a ser votada pelos congressistas. O Congresso — agora sob controle da oposição — aprovou a destituição de Fujimori por 62 votos a nove, com nove abstenções e também aceitou a renúncia do vice-presidente Ricardo Márquez. Com isso, o novo presidente é o oposicionista Valentim Paniagua, que ficará no poder até as eleições marcadas para abril de 2001, coordenando um governo provisório.

A crise política que levou ao fim da era Fujimori, foi deflagrada no final de setembro, com a divulgação de um vídeo mostrando Montesinos aparentemente tentando subornar um parlamentar da oposição.

Numa tentativa de acabar com a crise, Fujimori demitiu Montesinos e, posteriormente, decidiu antecipar as eleições presidenciais para abril de 2001, anunciando ainda que não seria candidato.

A crise começou meses depois de Fujimori ter conquistado seu terceiro mandato presidencial consecutivo, numa eleição polêmica, devido às queixas de seu principal adversário, Alejandro Toledo, de que seu resultado teria sido fraudado.

A renúncia de Fujimori pôs fim a dez anos de um governo marcado por um golpe de Estado — que deu ao ex-presidente prerrogativas ditatoriais —, infindáveis violações dos direitos humanos, denúncias de corrupção, que fez com que Montesinos acumulasse uma fortuna pessoal de US$ 48 milhões, depositados em bancos na Suíça, descobertos há três semanas. O próprio Fujimori está sendo acusado por sua ex-mulher, a congressista Susana Higuchi, de ter milhões de dólares em bancos japoneses. Até mesmo o atual chefe do cartel de Medellín, Roberto Escobar, acusa Montesinos e Fujimori de terem colaborado com o tráfico de drogas e de que o cartel de Medellín "doou" US$ 1 milhão para a campanha de Fujimori. (*O Estado de S. Paulo, 22/11/2000).*

Para os trabalhadores, a ditadura fujimorista representou desemprego, privatizações, aumentos abusivos de preços, baixos salários, e tudo o mais que os planos econômicos, elaborados nos "salões" do FMI, ditam para os países da América Latina.

Na declaração do **Partido Socialista dos Trabalhadores** do Peru, partido com o qual o **PSTU** mantém fraternais relações, sobre a crise política do país, lemos o seguinte trecho:

"A mesa de negociações (da OEA) quer assegurar uma transição à um governo tanto ou mais patronal e pró-imperialista que o de Fujimori. Hoje, apoiam de fato as medidas do governo de Fujimori que aprofundaram a miséria do povo, como os aumentos da gasolina, dos impostos sobre os bens de consumo, o corte dos subsídios aos gastos sociais, novas privatizações, etc. É evidente que esta saída "ordenada" não favorece ao povo, mas sim aos interesses das multinacionais e dos bancos internacionais, que buscam a estabilidade de seus investimentos para continuar explorando o país e superexplorando a classe trabalhadora. Esta "democracia" das transnacionais e dos patrões, não é a democracia pela qual o povo luta".

France Press

Cronograma da queda de Fujimori	
Maio/2000	Fujimori é eleito para o 3° mandato, com denúncias de fraudes no processo eleitoral.
14/setembro	Estoura o escândalo envolvendo Montesinos.
16/setembro	Fujimori anuncia novas eleições.
23/outubro	Montesinos volta do exílio.
16/novembro	Oposição assume o controle do Congresso.
17/novembro	Fujimori chega ao Japão.
20/novembro	Fujimori renuncia à Presidência.
21/novembro	Congresso destitui Fujimori.
22/novembro Presidência.	O presidente do Congresso, Valentim Paniagua, assume à

ARGENTINA

Trabalhadores protestam e resistem aos pacotes

Quando do fechamento desta edição, os sindicatos e trabalhadores argentinos estavam para iniciar uma greve geral de 36 horas contra a política econômica do governo. A mobilização coloca em risco os prazos de votação do Orçamento para 2001, que o governo precisa aprovar rapidamente porque faz parte das medidas que negociou com o FMI em troca de um pacote de ajuda financeira, estimado em US$ 20 bilhões.

O Partido Peronista, da oposição, que tem maioria no Senado e historicamente controlou os sindicatos, anunciou seu apoio à paralisação, decretada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação de Trabalhadores da Argentina (CTA). Essa é a quarta greve geral desde a posse do presidente Fernando De la Rúa, há onze meses.

O alto índice de desemprego (16%) é um dos motivos para a greve geral dessa semana. Os primeiros dois pacotes econômicos de De la Rúa aumentaram impostos e reduziram entre 12% e 15% os salários dos funcionários públicos. Ambas as medidas tinham como objetivo reduzir o déficit fiscal, mas acabaram agravando também a recessão, que já dura mais de dois anos. O terceiro pacote reduziu impostos, para estimular os investimentos no país, mas beneficiou principalmente os empresários.

O quarto pacote prevê um pacto fiscal (que já foi assinado por 23 dos 24 governadores e precisa da aprovação do Congresso) e congela os gastos nos estados durante os próximos cinco anos.

Outras duas medidas – que na falta de consenso político, serão implementadas por decreto – são a reforma da previdência social – que acaba com a aposentadoria de US$ 200 que o governo dá a todos os argentinos -- e a liberalização total das "obras sociais", as contribuições que todo trabalhador argentino paga a seu sindicato e que lhe garante assistência médica e social. No novo sistema, cada trabalhador terá que escolher entre as "obras sociais" e o novo sistema privado.

Os argentinos estão insatisfeitos porque estão empobrecendo rapidamente. Para termos uma idéia, a cada dia mil pessoas engrossam as fileiras daqueles que vivem abaixo do nível de pobreza, que na Argentina significa uma renda familiar inferior a US$ 490 para sustentar quatro pessoas. Pode parecer muito para o Brasil, onde vigora um salário mínimo de R$ 151. Mas na Argentina, onde a economia está ancorada ao dólar e uma cesta básica custa US$ 1.025 mensais, é muito pouco. Em 1985, 9% da população argentina estava abaixo do nível de pobreza. Hoje são 39%.

Estas são as razões da atual crise, que têm levado os trabalhadores argentinos à luta, com protestos diários contra a política econômica do governo e do FMI. **(G.S.)**

CAMPANHA

Sindicatos e entidades aprovam moções

Vários cartazes da campanha pela apuração do assassinato do sindicalista e militante do **PSTU** de Brasília, Gildo da Silva Rocha já foram afixados nas sedes dos sindicatos, entidades estudantis e partidos de esquerda em todo país.

A entrega dos abaixo-assinados está marcada para o dia 23 novembro em Brasília. Várias moções já foram votadas em sindicatos. Publicamos a seguir a relação de parte das entidades que aprovaram as moções e nos enviaram uma cópia.

Recebemos as moções de repúdio de 20 vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre. Também já aprovaram moções o Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Construção e do Mobiliário de Belém e Ananindeua; Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Rio Grande do Norte; Sintect/SC; Assembléia dos Assistentes Sociais de Macapá; Conselho Regional de Serviço Social; União Florianopolitana dos Estudantes Secundaristas (UFES); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos do Distrito de Antônio Pereira; Sindicato dos Bancários de Bauru; Sindicato dos Trabalhadores no Comercio de Minerais e Derivados de Petróleo de Uberaba; Centro Acadêmico Livre de Letras da UFSC; Centro Acadêmico XXIII de Abril Fatec/SP; Representantes de Escola da Apeoesp — subsede São Miguel Paulista; Fasubra; Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região; Sindsprev/RS; Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região; Departamento Estadual dos Bancários — CUT/SC; Assembléia Geral dos Professores da Universidade Federal do Maranhão; Diretório Central da Universidade Federal Fluminense e Diretórios Acadêmicos de Veterinária, História, Biblioteconomia, Arquivologia, Biologia, Ciências Sociais e Odontologia; Edevaldeo Nogueira, Edenilson Mendonça (Presidente e Vice do Sintetel/AP e diretores da Fenatel); Sindicato dos Servidores Públicos Federais e Civis Amapá.

A campanha financeira de solidariedade à família de Gildo também começou a ter os seus primeiros resultados, já recebemos os seguintes informes: Associação dos Professores da Universidade do Maranhão-Apruma; plenária de militantes da regional SP do PSTU; metalúrgicos de São José dos Campos, além de várias contribuições individuais.

Solidariedade

A conta para as colaborações à família de Gildo é a seguinte: Banco Brasil, número 8886-2, Agência 2863-0, Conjunto Nacional, em nome de Gleicimar de Souza Rocha. O informe do depósito deve ser enviado para a CUT/DF pelo e-mail cutdf@brnet.com.br

Saiu a agenda 2001!

A Distribuidora Opinião já colocou à venda as **agendas para 2001**. Isso mesmo, este ano teremos quatro diferentes opções de capa para os interessados, todas com capa dura. E, o que é melhor, pelo mesmo preço do ano passado, apenas dez reais.

Os interessados devem procurar os militantes do **PSTU** ou entrar em contato com a sede nacional pelo telefone (0xx11) 5084-2982. Também faremos pacotes promocionais para entidades sindicais e estudantis.